

Conselho Geral

Agrupamento de Escolas Agualva Mira Sintra

Ata n.º 6 (seis)

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas e trinta minutos, na Mediateca da Escola Secundária de Matias Aires, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Agualva Mira Sintra, situado na cidade de Agualva Cacém, sob a presidência da presidente do Conselho Geral, Sílvia Iolanda Barata Timóteo. -----
A reunião teve como ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

Ponto 1 – Votação da Ata número cinco;.....

Ponto 2 – Informações;.....

Ponto 3 – Discussão e apreciação dos Relatórios de Avaliação elaborados pela Comissão Permanente relativos às candidaturas à eleição de Diretor do Agrupamento de acordo com o ponto 9 do artigo n.º 22-B do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei nº137/2012, de 2 de julho;-----

Ponto 4 – Eleição do Diretor do Agrupamento de acordo com o ponto 1 do Artigo 23.º do Decreto – Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei nº137/2012, de 2 de julho.....

Ponto 5 - Votação da presente Ata.....

Estiveram presentes todos os conselheiros que constituem este órgão, com exceção da conselheira Carla Maria da Silva Sordo, representante dos Docentes, que justificou a sua ausência com uma consulta médica da filha e Lara Beatriz Mendes Miguel, representante dos Alunos.....

Deu-se, então, início à reunião com a votação da ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade por todos os que nela participaram.-----

Antes de se avançar para o ponto dois da ordem de trabalhos, a Presidente do Conselho Geral, de acordo com o estipulado no número dois do artigo 13.º do Regimento deste órgão, propôs a inclusão de outro assunto na ordem de trabalhos: A aprovação do mapa de férias do Diretor. A

proposta foi colocada à votação e foi aprovada por unanimidade. Assim, os conselheiros analisaram o documento com a proposta do período de vinte e quatro dias de férias, entre os dias vinte e oito de julho a trinta e um de agosto de dois mil e vinte e três, e, decidiram aprovar, por unanimidade, o mapa de férias do Diretor. -----

Seguiu-se, então, para o ponto dois da ordem de trabalhos, tendo a Presidente do Conselho Geral feito um breve resumo da forma como foi conduzido o processo eleitoral de candidatura a Diretor, tendo sido possível verificar que o mesmo decorreu de acordo com o determinado pelo Conselho Geral e em conformidade com a lei em vigor. Assim, o Aviso de Abertura de concurso foi publicado em Diário da República, segunda série, a treze de fevereiro do presente ano, seguindo-se, de acordo com a lei, a respetiva comunicação à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares / Direção Geral de Administração Escolar e a publicação do Aviso de concurso em jornal de expansão nacional, “Público”, na página eletrónica do agrupamento, e encontra-se, igualmente, afixado no *placard* do Conselho Geral na escola sede do agrupamento desde o dia da sua publicação em Diário da República. Mais disse que, na página do agrupamento, se encontram, também, o Regulamento para o procedimento Concursal da Eleição do Diretor e o Modelo de Requerimento, aprovados em reunião de Conselho Geral.

A dois de março, findo o prazo de apresentação das candidaturas, a Comissão Permanente, iniciou o processo de avaliação das mesmas, que comportou a verificação dos requisitos de admissão e a análise dos documentos exigidos para a candidatura, definidos por lei e pelo Conselho Geral. De seguida procedeu-se à publicação no *site* do agrupamento e à afixação no *placard* do Conselho Geral da lista provisória, dos candidatos admitidos. -----

Nos dias dez e dezassete de março, procedeu-se à análise minuciosa e à elaboração dos Relatórios de Análise dos Projetos de Intervenção dos candidatos a Diretor de Agrupamento de Escolas de Agualva Mira Sintra, professores Carlos Miguel Andrade dos Santos e José Luís Rodrigues Henriques e, no dia vinte e três de março, à preparação das entrevistas aos mesmos. No dia vinte e sete de março, realizaram-se as entrevistas individuais aos candidatos e, no mesmo dia, foram concluídos os Relatórios Finais.

A Presidente realçou o zelo, o empenho e o espírito de camaradagem de todos os membros da Comissão face à exigência do trabalho que foi necessário desenvolver. -----

Relativamente ao ponto três da ordem de trabalhos, como sugestão de metodologia de

apreciação dos Projetos de Intervenção dos candidatos, a Presidente propôs, que fosse efetuada uma leitura integral dos Relatórios elaborados pela Comissão Permanente. Não foi necessário proceder a uma leitura integral dos Projetos, uma vez que todos os documentos referentes aos mesmos já tinham sido enviados aos Conselheiros.-----

Não tendo sido colocadas quaisquer outras questões ou observações às propostas dos Projetos de Intervenção, o Conselho Geral avaliou a necessidade ou não de eventual audição dos candidatos neste órgão. Foi, então, colocada à votação esta possibilidade e o Conselho Geral votou por unanimidade que não seria necessária a presença dos candidatos.-----

Avançou-se, assim, para o último ponto da ordem de trabalhos. Deu-se, deste modo, cumprimento ao estabelecido na lei e, após terem sido apreciadas as candidaturas, através da apresentação, leitura e discussão dos Relatórios de Avaliação Final e análise dos Projetos de Intervenção e das Entrevistas, procedeu-se à eleição para o cargo de Diretor do Agrupamento de Escolas Agualva Mira Sintra.-----

Nesta sequência, foi formada a mesa eleitoral com três elementos: o representante da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sintra Oriental, Ricardo Jorge Leitão Barreiros; o representante do Centro de Saúde do Olival, José Manuel Correia Cardoso; e um dos representante dos Pais e Encarregados de Educação, Luís Filipe Pereira Simões.-----

O ato eleitoral decorreu na Mediateca da escola sede. -----

No escrutínio participaram dezanove conselheiros, tendo-se apurado cinco votos a favor do candidato, Carlos Miguel Andrade dos Santos, contra treze votos a favor do candidato José Luís Rodrigues Henriques, e um voto em branco.-----

Perante este resultado, considerou-se eleito para o cargo de Diretor o professor José Luís Rodrigues Henriques, que obteve maioria absoluta dos votos dos membros do Conselho Geral em efetividade de funções. -----

Depois de conhecidos os resultados, os seguintes conselheiros teceram os seguintes comentários:-----

O conselheiro José Manuel Cardoso expressou o lamento e a tristeza pessoal e profissional pelo facto de nenhum dos candidatos ter referido no seu Projeto de Intervenção o Centro de Saúde como parceiro, entidade que representa, apesar do contacto quase diário estabelecido com o Agrupamento durante o período da pandemia.-----

A conselheira Anabela Duarte Brito, representante do Pessoal não docente, referiu que gostaria de ver mais reconhecido o trabalho dos Assistentes Operacionais no próximo mandato.

Na sequência, a conselheira Helena Isabel Ribeiro Alexandre, na qualidade de representante dos Pais e Encarregados de Educação, também manifestou o seu descontentamento com a falta de Assistentes Operacionais nas escolas, particularmente na Escola EB de Mira Sintra. ---

A conselheira Ana Beatriz Costa, representante da Câmara Municipal de Sintra, prestou os devidos esclarecimentos sobre o enquadramento legal para afetação de pessoal não docente aos estabelecimentos de ensino da rede pública, reiterando que a autarquia cumpre com a dotação máxima prevista em legislação e que a ausência pontual de trabalhadores é, na maioria das situações, devida a ausências para deslocação a consultas médicas e outras ausências de curta duração previstas como faltas justificadas.

A homologação dos resultados e a tomada de posse obedecem ao estipulado respetivamente no n.º 4 e n.º 5 do artigo 23.º e no artigo 24.º do Decreto-Lei 75/2008, de 22 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei 137/2012, de 2 de Julho. Face ao exposto nos termos do n.º 4 do artigo 23.º, do respetivo Decreto-Lei, agendou-se provisoriamente a tomada de posse para o dia vinte e sete de abril do presente ano, na escola sede do agrupamento.

Por último, a presente ata foi lida e aprovada por unanimidade.

E, nada mais havendo a tratar, deu-se por terminada a reunião da qual se lavrou a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Agualva, 30 de março de 2023

A Secretária

(Carla Alexandra Moniz Pedro)

A Presidente do Conselho Geral



(Sílvia Iolanda Barata Timóteo)